OBSERVATÓRIO
ODS 18
igualdade étnico-racial

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA 2025



APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 03
Mensagem Institucional
Finalidade do Relatório de Governança
Síntese do Ano de 2025

IDENTIDADE, MISSÃO E CONTEXTO DE ATUAÇÃO 08
Identificação do Observatório ODS 18
Missão, Visão e Princípios Orientadores
Contexto Nacional e Internacional

MODELO DE ATUAÇÃO DO OBSERVATÓRIO 12
O Observatório como Dispositivo da Territorialização do ODS 18
Modelo dos 4Ps – Pesquisa, Pilotos, Políticas Públicas e Parcerias
Formação como Elementos Transversais do Modelo

ATUAÇÃO EM 2025 17
Estruturação Conceitual e Metodológica
Destaques
Análise Geral do Desempenho: Escala e Impacto
Alinhamento com Políticas Públicas e Agendas Nacionais
Integração com a Agenda Internacional
Formação Interna

GESTÃO DO CONHECIMENTO 27
Categorias, Produção e Difusão do Conhecimento

DESAFIOS 2026 36
Perspectivas para os Próximos Ciclos

NOTA METODOLÓGICA 38
Dimensões de Análises: Impacto, Tipologia, Escala e Organizador

GLOSSÁRIO 45





APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



O ano de 2025 representou um marco fundacional para o Observatório ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, não apenas pela consolidação de um arcabouço conceitual próprio, mas, sobretudo, pela **capacidade de transformar** esse arcabouço em presença institucional, produção técnica e incidência pública concreta. Ao longo do exercício, **o Observatório realizou 212 atividades distribuídas de forma contínua entre janeiro e dezembro**, combinando trabalho interno de coordenação e planejamento com atuação pública, formação, disseminação e articulação interinstitucional.

A distribuição das atividades confirma a centralidade da escala nacional, com presença contínua em instâncias de governança e articulação federal, ao mesmo tempo em que se observa densidade crescente nas escalas municipal, territorial e estadual — com destaque para a Bahia como território estratégico de aplicação metodológica e incidência. A atuação internacional também se fortaleceu, com **19 atividades registradas em escala multilateral ou fora do país**, consolidando o Observatório como interlocutor emergente no debate global sobre justiça racial e desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista do impacto institucional, a análise consolidada demonstra três movimentos estruturantes em 2025. Primeiro, a consolidação da função de **planejamento e estruturação da agenda**, evidenciada pela predominância de atividades voltadas à organização metodológica, alinhamento de metas e construção de instrumentos. Segundo, a intensificação das ações de **formação e disseminação**, que ampliaram a capacidade de circulação pública da agenda do ODS 18 e fortaleceram processos pedagógicos junto a gestores, redes e territórios. Terceiro, o fortalecimento da **incidência institucional qualificada**, com presença ativa em reuniões de governança, articulações interinstitucionais e arenas deliberativas.



FINALIDADE DO RELATÓRIO

O Relatório de Governança do Observatório ODS 18 tem como finalidade principal assegurar transparência, coerência institucional e prestação pública de contas sobre o conjunto de ações, estratégias e processos desenvolvidos ao longo do exercício de 2025.

Mais do que um relatório descritivo, este documento cumpre a função de consolidar uma memória institucional qualificada, capaz de registrar o percurso de estruturação do Observatório, seus marcos conceituais, metodológicos e organizacionais, bem como as escolhas estratégicas realizadas em um contexto de profunda desigualdade racial e territorial no Brasil. Ao sistematizar o que foi planejado e efetivamente desenvolvido, o Relatório contribui para a consolidação institucional do Observatório, fortalecendo sua legitimidade junto à universidade, aos territórios, às instituições públicas e aos parceiros nacionais e internacionais.





SÍNTESE DO ANO 2025

O ano de 2025 marcou a consolidação do Observatório ODS 18 como um ator institucional relevante na articulação entre equidade étnico-racial, territorialização da Agenda 2030 e incidência nas políticas públicas, tanto no plano territorial quanto no plano nacional e internacional. As ações desenvolvidas ao longo do período foram orientadas por um planejamento detalhado, organizado em eixos, linhas de ação e atividades, o que permitiu combinar densidade conceitual, capacidade operativa e posicionamento político-institucional. Esse ciclo teve como característica central a priorização de parcerias estratégicas, a participação qualificada em espaços institucionais e a produção de instrumentos técnicos capazes de sustentar processos futuros de territorialização.

Um eixo transversal e estratégico ao longo de 2025 foi o apoio direto à Câmara Temática do ODS 18, no âmbito da governança nacional da Agenda 2030. O Observatório atuou na consulta, apresentação e aprovação do Plano Operativo, tanto na Câmara Temática do ODS 18 quanto nas Câmaras Temáticas da CNODS e no próprio CNODS. Foram escolhidas as coordenações por eixo, estabelecidos cronogramas de reuniões e implementado um sistema inicial de monitoramento, por meio de formulário eletrônico, para acompanhar a atuação das coordenações. Essas ações reforçaram o papel do Observatório como instância técnica de apoio à governança pública do ODS 18.

A relação com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI) avançou em 2025 por meio de uma parceria ainda informal, mas com ações concretas em execução. Nesse âmbito, o Observatório participou da elaboração do Guia de Alinhamento da CONAPIR com o ODS 18, esteve presente na Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e em conferências de âmbito estadual e municipal. Essas ações posicionaram a SEPROMI como uma parceria estratégica para a territorialização do ODS 18 no Sul da Bahia, especialmente em processos de capacitação municipal e diagnósticos territoriais, como o caso de Itabuna. Outras parcerias institucionais foram iniciadas no nível municipal. A relação com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) incluiu a realização de uma primeira apresentação institucional sobre o ODS 18, embora sem definição de plano de trabalho estruturado.

A participação em eventos nacionais constituiu outro eixo central da atuação em 2025. O Observatório acompanhou institucionalmente os Encontros de Prefeitos(as) da Secretaria-Geral da Presidência da República, participou ativamente da Conferência Estadual e da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, apresentando o Documento de Alinhamento do ODS 18 aos eixos dessas conferências. Também esteve presente em conferências territoriais organizadas pela SEPROMI, nas quais, além da apresentação técnica, promoveu articulações com municípios do Baixo Sul, incluindo iniciativas de diagnóstico educacional em Itabuna, com perspectiva de publicação.







No campo da articulação institucional e de parcerias estratégicas, 2025 foi um ano de avanços concretos e diferenciados. Destaca-se a formalização da parceria com o Instituto Alpargatas, que resultou na elaboração de um plano de ação conjunto e em uma cooperação efetiva em eventos e processos institucionais. Como resultado direto dessa parceria, o Instituto Alpargatas desenvolveu, em 2025, o Selo Educação ODS 18, iniciativa inédita que posiciona o ODS 18 como referência no debate sobre equidade racial no campo educacional. Essa experiência consolidou o Observatório como parceiro técnico-político e abriu caminho para o aprofundamento da agenda de territorialização e boas práticas educacionais nos ciclos seguintes. Também merece destaque a parceria com o Instituto Raça e Igualdade. Essa parceria foi central para a ampliação da incidência internacional do Observatório, incluindo a realização de seminário conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a participação no Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU e a elaboração e execução de um curso de advocacy internacional. Além disso, a parceria contribuiu para o apoio técnico a notas e posicionamentos institucionais, fortalecendo o papel do Observatório em espaços multilaterais.

No campo acadêmico, a parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) avançou substancialmente, ainda que não formalizada em 2025. A UFPB disponibilizou bases de dados fundamentais para a realização de diagnósticos territoriais, a partir da Plataforma ODS Racial. O Observatório reconhece explicitamente esses créditos acadêmicos como parte de sua política de produção colaborativa de conhecimento.

Já a parceria com o Pacto Global avançou de forma mais consistente, com ações em andamento voltadas ao alinhamento dos dez programas do Pacto ao ODS 18, ao desenho de uma trilha formativa com oficinas e capacitações, à elaboração de um instrumento de alinhamento e à produção de um documento conjunto, além da realização de uma ação articulada em janeiro. Essas iniciativas reforçaram o diálogo entre o Observatório e o setor empresarial comprometido com a Ambição 2030.

No plano internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) consolidou-se como parceiro estratégico por meio da participação conjunta em eventos, da produção e divulgação de relatórios e da execução de curso de advocacy internacional. As ações realizadas em 2025 fortaleceram a inserção do Observatório em agendas globais de direitos humanos, com foco em equidade racial, em articulação com organizações como Raça e Igualdade e Crioula. De modo semelhante, a relação com o Instituto de Políticas Públicas do Mercosul avançou por meio da participação em cursos de formação de gestores sobre transversalização de raça e gênero, ainda que a carta de parceria não tenha sido formalizada no período. Por fim, no âmbito da formação e incidência internacional, o Observatório desenvolveu ações contínuas de disseminação de decisões, recomendações e resultados de mecanismos internacionais, por meio da produção de notas técnicas e informes. Em 2025, realizou seminário internacional em parceria com o ACNUDH, Raça e Igualdade e Crioula, participou do G20 Social em atividade lateral no Rio de Janeiro, integrou o Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU e esteve presente na COP 30. Essas ações consolidaram a presença do Observatório em espaços multilaterais e reforçaram sua identidade como ator comprometido com a agenda global de equidade racial.

Em síntese, 2025 não foi apenas um ano de preparação, mas de ação institucional qualificada, marcada pela construção de parcerias concretas, pela participação estratégica em espaços decisórios, pela produção de instrumentos técnicos e pela afirmação do Observatório ODS 18 como referência emergente na articulação entre território, universidade, políticas públicas e justiça étnico-racial.



IDENTIDADE, MISSÃO E CONTEXTO DE ATUAÇÃO



Identificação do Observatório ODS 18

O Observatório ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial é uma iniciativa de caráter acadêmico e institucional, vinculada à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), concebida para acompanhar, produzir e qualificar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 no Brasil. Sua identidade institucional está ancorada na compreensão de que a equidade étnico-racial não constitui um tema setorial ou acessório da Agenda 2030, mas um eixo estruturante para a reorientação dos modelos de desenvolvimento, das políticas públicas e dos processos de governança democrática no país.

O Observatório se configura como um dispositivo híbrido de pesquisa, formação e incidência política, operando na interface entre universidade, territórios e instituições públicas. Diferentemente de observatórios estritamente voltados ao monitoramento estatístico, o Observatório ODS 18 adota uma abordagem territorializada e relacional, articulando dados quantitativos, diagnósticos socioterritoriais, produção de narrativas qualificadas e processos formativos. Essa opção metodológica reflete o entendimento de que as desigualdades étnico-raciais se manifestam de forma concreta e diferenciada nos territórios, exigindo instrumentos analíticos e políticos capazes de dialogar com realidades locais, regionais e nacionais.

Do ponto de vista institucional, o Observatório ODS 18 atua em estreita articulação com instâncias nacionais da governança da Agenda 2030, em especial com a Câmara Temática do ODS 18, ao mesmo tempo em que mantém diálogo permanente com governos subnacionais, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e iniciativas do setor privado comprometidas com a agenda de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Essa posição confere ao Observatório um papel estratégico de mediação entre a produção de conhecimento, a formulação de políticas públicas e os processos de territorialização, consolidando sua identidade como referência emergente no campo da equidade étnico-racial aplicada ao desenvolvimento.



Visão

O Observatório projeta-se como uma referência nacional e internacional na produção de metodologias, diagnósticos e instrumentos de governança voltados à promoção da igualdade étnico-racial e à redução das desigualdades estruturais. Sua atuação orienta-se por uma perspectiva territorializada, interseccional e comprometida com a justiça social, em consonância com os marcos nacionais e internacionais de promoção da igualdade racial e dos direitos humanos.



Missão

Contribuir para a consolidação da equidade étnico-racial como eixo estruturante da Agenda 2030 no Brasil, por meio da produção de conhecimento aplicado, da territorialização das políticas públicas e da incidência qualificada nos processos de governança democrática. Essa missão se materializa na articulação entre pesquisa, formação, diagnósticos territoriais, monitoramento de indicadores e apoio técnico-político a instituições públicas e sociais comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais estruturais.

Princípios orientadores

A centralidade da equidade étnico-racial como princípio político e analítico;
A territorialização como método de ação e produção de conhecimento;
O reconhecimento dos saberes e experiências de povos negros, indígenas e comunidades historicamente marginalizadas;
O rigor acadêmico aliado à responsabilidade pública;
A participação social como condição de legitimidade democrática.



Eixos de Atuação

No que se refere à atuação, o Observatório assume explicitamente um papel ativo na mediação entre universidade, territórios e políticas públicas. Sua atuação envolve o apoio técnico à Câmara Temática do ODS 18, a contribuição para processos de alinhamento entre planos, programas e indicadores, a participação em conferências e fóruns institucionais, e a articulação com redes nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, o Observatório atua como espaço de formação crítica, envolvendo estudantes e jovens pesquisadores da UFSB em processos de pesquisa aplicada, extensão universitária e incidência política, fortalecendo o protagonismo juvenil e acadêmico na agenda da equidade racial. A atuação do Observatório organiza-se em torno de um conjunto integrado de frentes estratégicas.

Entre elas destacam-se:

A produção e sistematização de indicadores do ODS 18;
Acompanhamento e qualificação dos processos de institucionalização do objetivo em diferentes níveis de governo;
A territorialização do ODS 18, com foco em municípios e territórios prioritários;
Gestão de conteúdos e produção de diagnósticos socioterritoriais;
Processos formativos voltados a gestores públicos, agentes territoriais, pesquisadores e jovens bolsistas universitários.
Atuação na escala internacional e acompanhamento da internacionalização da agenda de igualdade racial em espaços de incidência multilateral.
Comunicação inclusiva e abrangente das ações, iniciativas e eventos relacionados com a pauta de igualdade racial.

CONTEXTO

Nacional

A criação e a atuação do Observatório ODS 18 estão diretamente vinculadas a um contexto nacional marcado por profundas desigualdades étnico-raciais, reconhecidas de forma crescente como estruturais no desenvolvimento brasileiro. A formalização do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial representa um avanço político significativo nesse cenário, ao explicitar que a Agenda 2030, para ser efetiva, precisa enfrentar o racismo estrutural como um dos principais determinantes das desigualdades sociais, territoriais e econômicas no país. Esse processo foi impulsionado por acúmulos históricos dos movimentos negros, por evidências produzidas por pesquisas acadêmicas e por pressões institucionais em espaços nacionais e internacionais.

No âmbito governamental, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) exerce papel central na articulação da agenda do ODS 18, especialmente por meio da Câmara Temática do ODS 18, instância vinculada à governança nacional da Agenda 2030. A Câmara Temática constitui um espaço estratégico de articulação interinstitucional, reunindo órgãos federais, universidades, organizações da sociedade civil e observatórios, com o objetivo de definir diretrizes, acompanhar a implementação do ODS 18 e promover sua transversalização em políticas públicas. O Observatório ODS 18 insere-se nesse arranjo como instância técnica de apoio, produção de subsídios analíticos e acompanhamento dos processos de governança.

No plano subnacional e territorial, o contexto é marcado pela retomada e fortalecimento das Conferências de Promoção da Igualdade Racial, tanto em nível estadual quanto nacional. No estado da Bahia, essas conferências assumem relevância particular, dada a centralidade da população negra na formação social e territorial do estado e os históricos desafios relacionados às desigualdades raciais. A participação do Observatório nesses espaços, especialmente nas conferências estaduais e territoriais organizadas com apoio da SEPROMI, contribui para articular o ODS 18 aos debates sobre políticas públicas, planejamento territorial e capacitação municipal, reforçando a dimensão participativa e territorial da agenda.

Internacional

No plano internacional, a atuação do Observatório dialoga com um contexto global de reconhecimento crescente do racismo como problema estrutural dos modelos de desenvolvimento. Espaços como o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), vinculado às Nações Unidas, têm incorporado de forma progressiva o debate sobre desigualdades, discriminação racial e interseccionalidade, ainda que com desafios importantes de operacionalização. Paralelamente, mecanismos como o Fórum Permanente de Afrodescendentes e iniciativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos têm produzido recomendações, relatórios e diretrizes que reforçam a centralidade da equidade racial na implementação da Agenda 2030.

É nesse cruzamento entre agendas nacionais e internacionais que o Observatório ODS 18 se posiciona. Sua atuação busca traduzir debates globais em instrumentos aplicáveis aos territórios brasileiros, ao mesmo tempo em que leva experiências, diagnósticos e metodologias desenvolvidas no Brasil para os espaços multilaterais. Esse movimento de dupla via fortalece a capacidade de incidência do Observatório e contribui para a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável que reconheça o enfrentamento do racismo como condição indispensável para a democracia, a justiça social e a sustentabilidade.

Mapa: Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro



MODELO DE ATUAÇÃO DO OBSERVATÓRIO

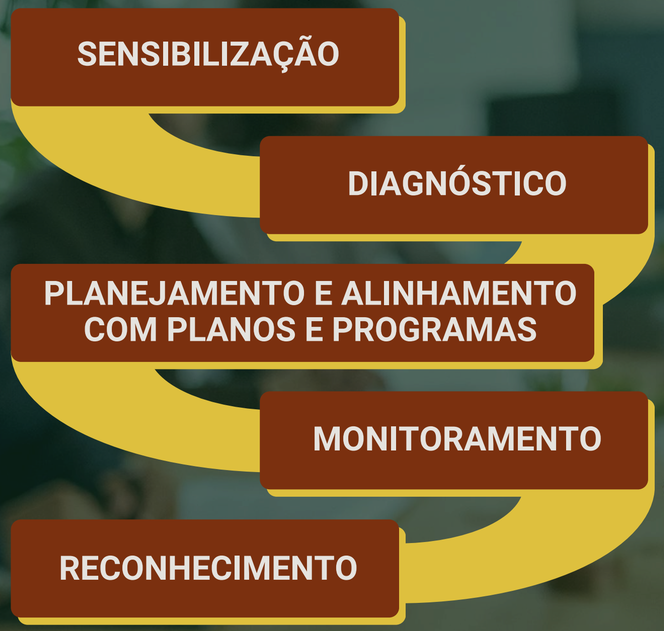
O Observatório como Dispositivo de Territorialização do ODS 18

O modelo de atuação do Observatório ODS 18 foi concebido, desde sua origem, como um dispositivo de pesquisa-ação, orientado pela territorialização da Agenda 2030 e pela centralidade da equidade étnico-racial como eixo estruturante do desenvolvimento. Essa concepção, explicitada no Documento Referencial de Territorialização, parte do entendimento de que a produção de conhecimento, para ser politicamente relevante e socialmente legítima, precisa estar enraizada em processos concretos de leitura territorial, diálogo institucional e incidência pública.

Diferentemente de modelos lineares de produção acadêmica, o Observatório opera por meio de ciclos iterativos, nos quais pesquisa, diagnóstico, formação, produção de instrumentos e articulação institucional se retroalimentam. Em 2025, esse modelo se materializou na construção simultânea de referenciais conceituais, no teste de metodologias em territórios específicos, na participação ativa em instâncias de governança do ODS 18 e na formação de jovens pesquisadores vinculados à universidade. A territorialização, nesse sentido, não é tratada como etapa final da pesquisa, mas como método permanente de atuação. **A construção das parcerias com universidades e órgãos governamentais abriram o caminho para estruturar a metodologia dos diagnósticos socioterritoriais. Os diagnósticos geraram reuniões institucionais de alinhamento e permitiram o refinamento de ferramentas e instrumentos da territorialização. As reuniões nortearam o desenho do fluxo de adesão, sistematização e monitoramento do ODS 18 no território; os resultados foram discutidos e disseminados em conferências e oficinas; as oficinas retroalimentaram ajustes metodológicos**. Esse ciclo iterativo confirma a consolidação do modelo de pesquisa-ação adotado pelo Observatório.

Essa opção metodológica responde a um diagnóstico central presente nos documentos referenciais do Observatório: a implementação do ODS 18 exige superar abordagens normativas descoladas da realidade local e enfrentar os limites históricos da municipalização com capacidade técnica e gerencial reduzida, da fragmentação institucional e da baixa transversalização da agenda racial nas políticas públicas. O modelo de atuação do Observatório busca, portanto, atuar nesses pontos críticos, combinando rigor analítico, presença institucional e compromisso político.

As cinco fases do processo de territorialização do ODS 18





Modelo dos 4Ps

O modelo dos 4Ps – **Pesquisa, Pilotos, Políticas Públicas e Parcerias** constitui a espinha dorsal da atuação do Observatório ODS 18. Longe de ser um arranjo conceitual abstrato, esse modelo foi progressivamente estruturado ao longo de 2025 como forma de organizar prioridades, distribuir esforços institucionais e garantir a coerência entre a produção de conhecimento e a incidência pública.

A **Pesquisa** ocupa lugar central nesse modelo, entendida não apenas como produção acadêmica tradicional, mas como processo ampliado de investigação aplicada. Em 2025, a pesquisa esteve orientada à construção de referenciais conceituais e metodológicos do ODS 18, à análise crítica de indicadores existentes, à articulação com o Portal ODS Racial e à produção de diagnósticos socioterritoriais. Essa dimensão incluiu a elaboração de documentos estruturantes, a sistematização de dados disponibilizados por parceiros acadêmicos, como a UFPB, e a produção de análises que subsidiaram tanto a Câmara Temática do ODS 18 quanto processos de conferências e debates institucionais.



A dimensão de **Políticas Públicas** organiza a atuação do Observatório junto às instâncias formais de governança. Em 2025, isso se traduziu no apoio técnico contínuo à Câmara Temática do ODS 18, na participação nos processos de apresentação, validação e aprovação do Plano Operativo no âmbito da CNODS, e na articulação com órgãos governamentais como o Ministério da Igualdade Racial, secretarias estaduais e instâncias municipais. O Observatório atuou como mediador técnico-político, produzindo subsídios, documentos de alinhamento e análises que contribuíram para inserir a perspectiva da equidade étnico-racial de forma mais estruturada nos processos decisórios.

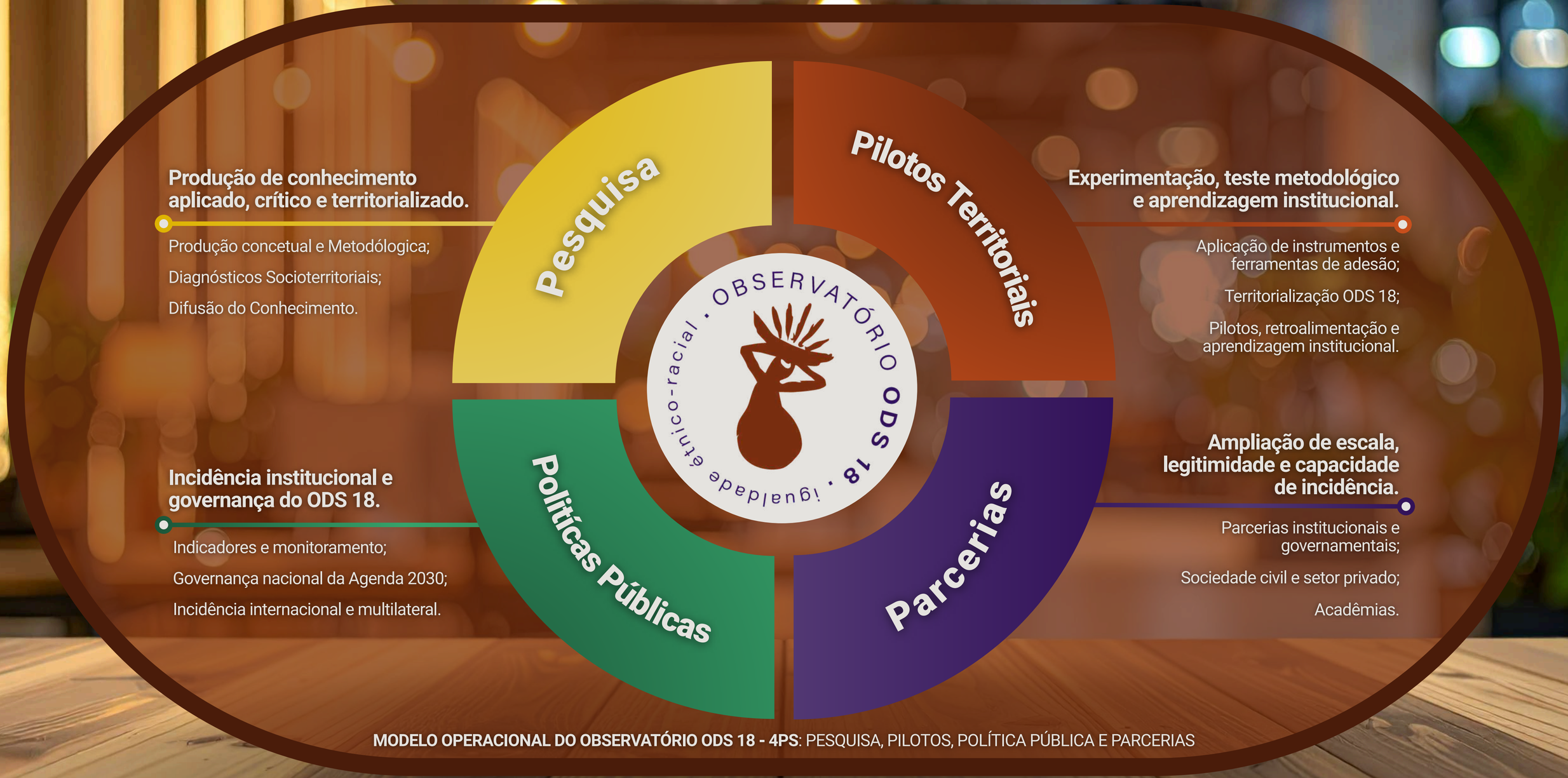


Os **Pilotos Territoriais** constituem a dimensão que conecta a pesquisa à realidade concreta dos territórios. Em 2025, essa dimensão foi acionada de forma seletiva e estratégica, com experiências iniciais de diagnóstico municipal e territorial, como no caso de Itabuna, e com a aplicação de instrumentos de alinhamento do ODS 18 em conferências territoriais e estaduais. Esses pilotos permitiram testar metodologias, identificar lacunas institucionais, qualificar indicadores e ajustar abordagens formativas, atuando como laboratórios vivos da territorialização do ODS 18.



Por fim, as **Parcerias** constituem o ecossistema que sustenta e viabiliza os demais Ps. O modelo adotado pelo Observatório em 2025 privilegiou parcerias estratégicas, orientadas por convergência política e capacidade de incidência, em detrimento de acordos meramente formais. As parcerias com instituições como Instituto Alpargatas, Raça e Igualdade, SEPROMI, Pacto Global, ACNUDH, universidades e organismos internacionais foram mobilizadas para ampliar alcance, qualificar conteúdos, fortalecer processos formativos e posicionar o ODS 18 em agendas nacionais e internacionais relevantes.





MODELO OPERACIONAL DO OBSERVATÓRIO ODS 18 - 4PS: PESQUISA, PILOTOS, POLÍTICA PÚBLICA E PARCERIAS



Formação como Elemento Transversal do Modelo

Processos formativos permeiam todo o modelo de atuação do Observatório. Em 2025, a formação esteve presente tanto na capacitação de jovens bolsistas da UFSB quanto na participação em cursos, seminários e processos formativos nacionais e internacionais, especialmente no campo dos direitos humanos e da advocacy internacional. Essa dimensão reforça a identidade do Observatório como espaço de construção de capacidades institucionais e humanas, e não apenas de produção de produtos técnicos. Ao envolver estudantes e jovens pesquisadores em processos reais de pesquisa aplicada, territorialização e incidência política, o Observatório contribui para a formação de novos quadros comprometidos com a agenda da equidade étnico-racial, ao mesmo tempo em que fortalece sua própria sustentabilidade institucional.


ENCONTRO DE NOVOS PREFEITOS E PREFEITAS
Governo Federal fortalecendo os municípios
Panel
3ª COMPIR
OFICINA DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DOS INDICADORES E MÉTRICAS
PLATAFORMA ODS RACIAL
SELO ODS 18
IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
18 IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL
ATUAÇÃO EM 2025

ENCADEAMENTO DAS ATIVIDADES

A estruturação conceitual e metodológica do Observatório ODS 18, ao longo de 2025, constituiu o eixo fundante de sua atuação, orientando todas as demais frentes de trabalho. Diferentemente de uma abordagem abstrata ou exclusivamente normativa, o Observatório consolidou um arcabouço conceitual ancorado na noção de territorialização do desenvolvimento sustentável, tomando a equidade étnico-racial como eixo estruturante e transversal da Agenda 2030 no Brasil.



No âmbito da governança nacional da Agenda 2030, a atuação do Observatório na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi central para a consolidação metodológica do ODS 18. A participação na 6ª Reunião Ordinária da CNODS, realizada em março de 2025, e o posterior lançamento do documento com as metas e indicadores aprovados para o ODS 18 representaram momentos-chave de validação institucional. O Observatório atuou de forma ativa na sistematização técnica desse conjunto de 10 metas e 133 indicadores, em articulação com o Ministério da Igualdade Racial, IPEA, IBGE, FIOCRUZ e demais órgãos envolvidos.

A partir desta consolidação, dedicou-se à elaboração, validação e difusão de documentos referenciais que passaram a orientar tanto a atuação interna do Observatório quanto sua interlocução com governos, sociedade civil, universidades e organismos internacionais. Destacam-se, nesse conjunto, o Documento Referencial de Territorialização do ODS 18, o E-book Territorialização, o Guia RVL do ODS 18 e o documento sobre a Institucionalização da Adesão ao ODS 18. Esses materiais não apenas sistematizam conceitos e métodos, mas também oferecem instrumentos operacionais para a incorporação do ODS 18 em processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.





Ao longo do primeiro trimestre de 2025, a equipe do Observatório concentrou esforços na consolidação desses referenciais e em sua apresentação pública em espaços estratégicos. A participação no Encontro de Novas Prefeitas e Prefeitos, realizado em Brasília entre os dias 11 e 13 de fevereiro, foi um marco nesse processo. Em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Observatório promoveu a oficina “ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial e Gestão Municipal”, acompanhada da divulgação do formulário de adesão e implementação dos eixos do ODS 18 nos municípios. Essa ação evidenciou a preocupação metodológica do Observatório em articular a produção conceitual à aplicabilidade concreta na gestão pública local.



Ainda no campo metodológico, merece destaque a produção de instrumentos específicos de alinhamento entre o ODS 18 e processos participativos nacionais, em especial a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR). Em maio de 2025, o Observatório lançou o Guia para Alinhamento Estratégico dos Eixos da V CONAPIR ao ODS 18, concebido como ferramenta pedagógica e operativa para orientar conferências municipais, estaduais, nacionais, temáticas e livres. O guia foi amplamente utilizado em conferências territoriais no estado da Bahia, fortalecendo a capacidade de tradução dos eixos políticos da CONAPIR em propostas monitoráveis e alinhadas às metas do ODS 18.

A estruturação conceitual do Observatório também se expressou na produção de notas técnicas e documentos analíticos voltados à interface entre direitos humanos, desenvolvimento sustentável e justiça racial. Ao longo de 2025, foram lançadas notas técnicas da Série Direitos Humanos e ODS 18, incluindo análises sobre decisões e recomendações de mecanismos internacionais, como a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e as recomendações do Mecanismo da ONU para o Avanço da Igualdade e Justiça Racial na Aplicação da Lei (EMLER). Essas produções reforçaram o posicionamento do Observatório como instância de tradução qualificada entre normativas internacionais e o contexto brasileiro.



Foto: ONG CRIOLA



Por fim, a dimensão metodológica foi continuamente retroalimentada pela interação com universidades e grupos de pesquisa, em especial a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A incorporação de bases de dados acadêmicas, o diálogo com grupos de pesquisa e a participação em seminários científicos nacionais e internacionais permitiram ao Observatório aprimorar seus instrumentos analíticos e fortalecer a consistência teórico-metodológica de sua atuação.

DESTAQUES

2025



Janeiro

Reunião com Secretária Ângela Guimarães e a Superintendente Mércia Barata da SEPROMI/BA - Salvador/BA



Fevereiro

Oficina "O ODS 18 e a gestão municipal"



Março

19° Seminário Nacional de Educação e o 1° Congresso de Educação e Práticas Inovadoras à Escola Pública. A iniciativa, fruto do Termo de Cooperação com o Observatório ODS 18



Abril

4º Fórum Permanente sobre Pessoas Afrodescendentes da ONU - Nova York



Maio

II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial promovida pela Prefeitura Municipal de Itabuna



Junho

1º Encontro para ODS da Região Metropolitana, promovido pela Prefeitura de Salvador



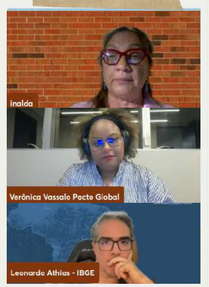
Julho

Side Event do Brasil no Fórum Político de Alto Nível sobre ODS, na sede da ONU, em NY



Agosto

Oficinas de Alinhamento ODS 18 - 5ª CONAPIR - membros das Comissões Estaduais



Setembro

Sessão de desenvolvimento sustentável: Conhecendo as metas do ODS 18 no canal Youtube do Observatório



Outubro

Seminário Internacional: Combate ao racismo no Brasil



Novembro

COP30 - Painel "Territórios Sustentáveis: Governança, Inovação Social e Comunicação".



Dezembro

22ª edição do Prêmio de Educação ALUNO NOTA 10 e da entrega do SELO ODS18 do Instituto Alpargatas (IA), em João Pessoa - Paraíba.

ATUAÇÃO

A análise consolidada da atuação de 2025 permite identificar padrões estruturais relevantes para a governança do Observatório. Em 2025, o Observatório ODS 18 registrou 212 atividades, distribuídas em oito categorias operacionais. O seguinte gráfico demonstra que o Observatório atuou de forma estruturada em lógica relacional e participativa. Duas categorias específicas merecem destaque por seu papel institucional.

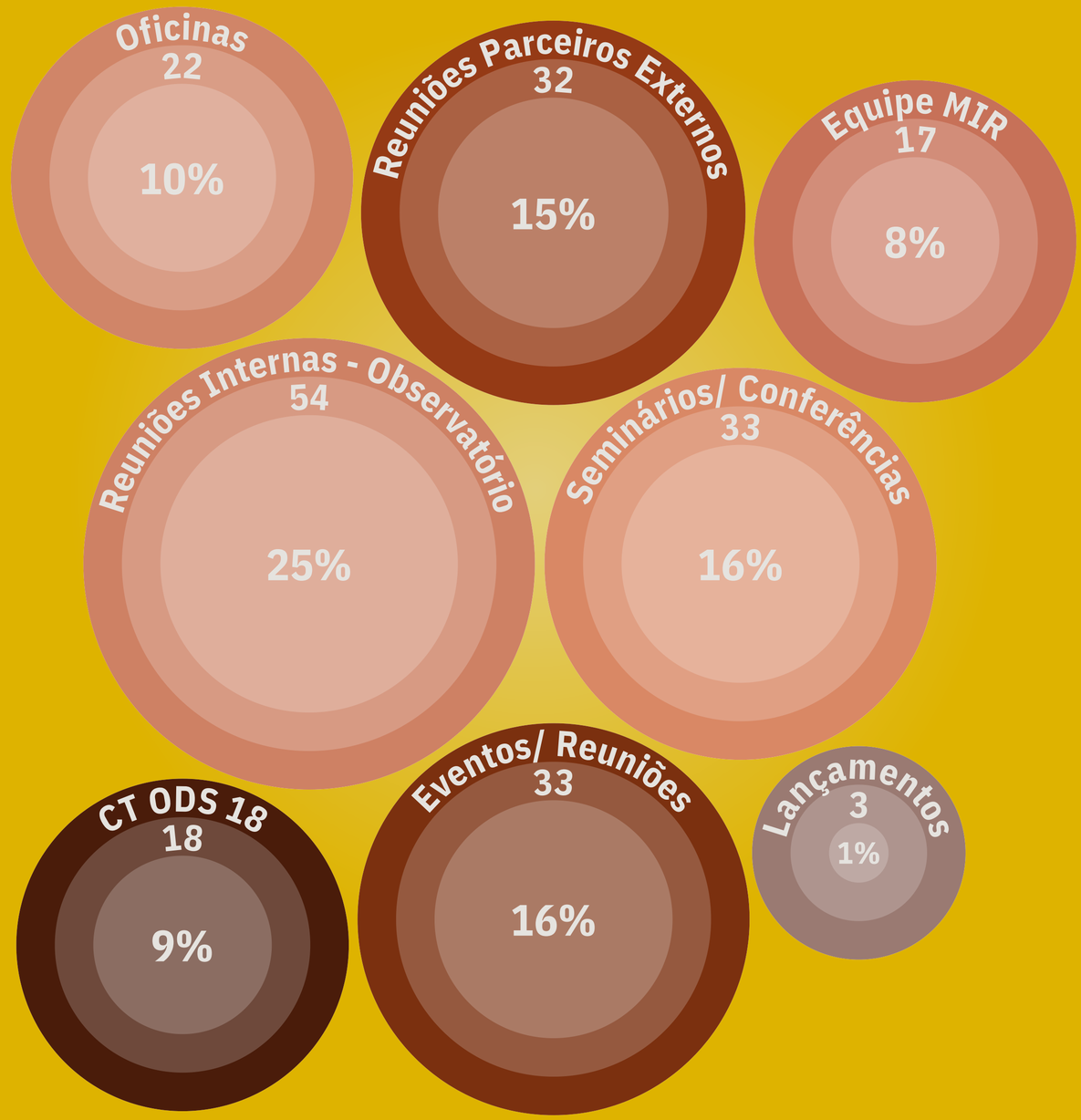
A análise da tipologia das atividades permite compreender o padrão estrutural de funcionamento institucional ao longo do ano, sendo que 54 atividades do Observatório, correspondendo a 25% do total anual foram de cunho interno. Isso significa que 1 em cada 4 atividades realizadas em 2025 foi dedicada à coordenação interna, planejamento e gestão, alinhamento de agenda, organização de frentes de trabalho, produção dos produtos e publicações e acompanhamento estratégico. Esse dado evidencia um padrão de maturidade organizacional: o crescimento externo foi sustentado por forte base interna de governança.

Já 47% de toda a atuação anual corresponde a atividades realizadas com parceiros externos (32), seminários e conferências (33) e eventos (33). Ou seja, praticamente **metade das atividades de 2025 estiveram voltadas à articulação pública e institucional externa**.

Ainda, duas categorias específicas merecem destaque por seu papel institucional: Reuniões com a CT ODS, com18 atividades realizadas durante o ano (8,4%) e 17 atividades realizadas com a equipe do MIR: (8%). Somadas, representam 35 atividades, equivalentes a mais de 16% do total. Esse dado confirma presença constante nos espaços formais de governança da agenda do ODS 18, especialmente no âmbito federal. A participação na Câmara Temática e nas reuniões com o Ministério da Igualdade Racial demonstra inserção qualificada na governança nacional. **Finalmente, 22 atividades (10%) correspondem a oficinas de formação**, e representam o principal instrumento de ativação pedagógica da agenda. Essas atividades atestam a dedicação à formação estruturada, reforçando o caráter pedagógico e metodológico do Observatório. **Do ponto de vista global a estrutura das 212 atividades demonstra que o Observatório operou em 2025 com quatro pilares equilibrados: Governança interna sólida (25%), Alta densidade de articulação externa (47%), inserção estratégica na governança nacional (16%) e Formação (12%).**

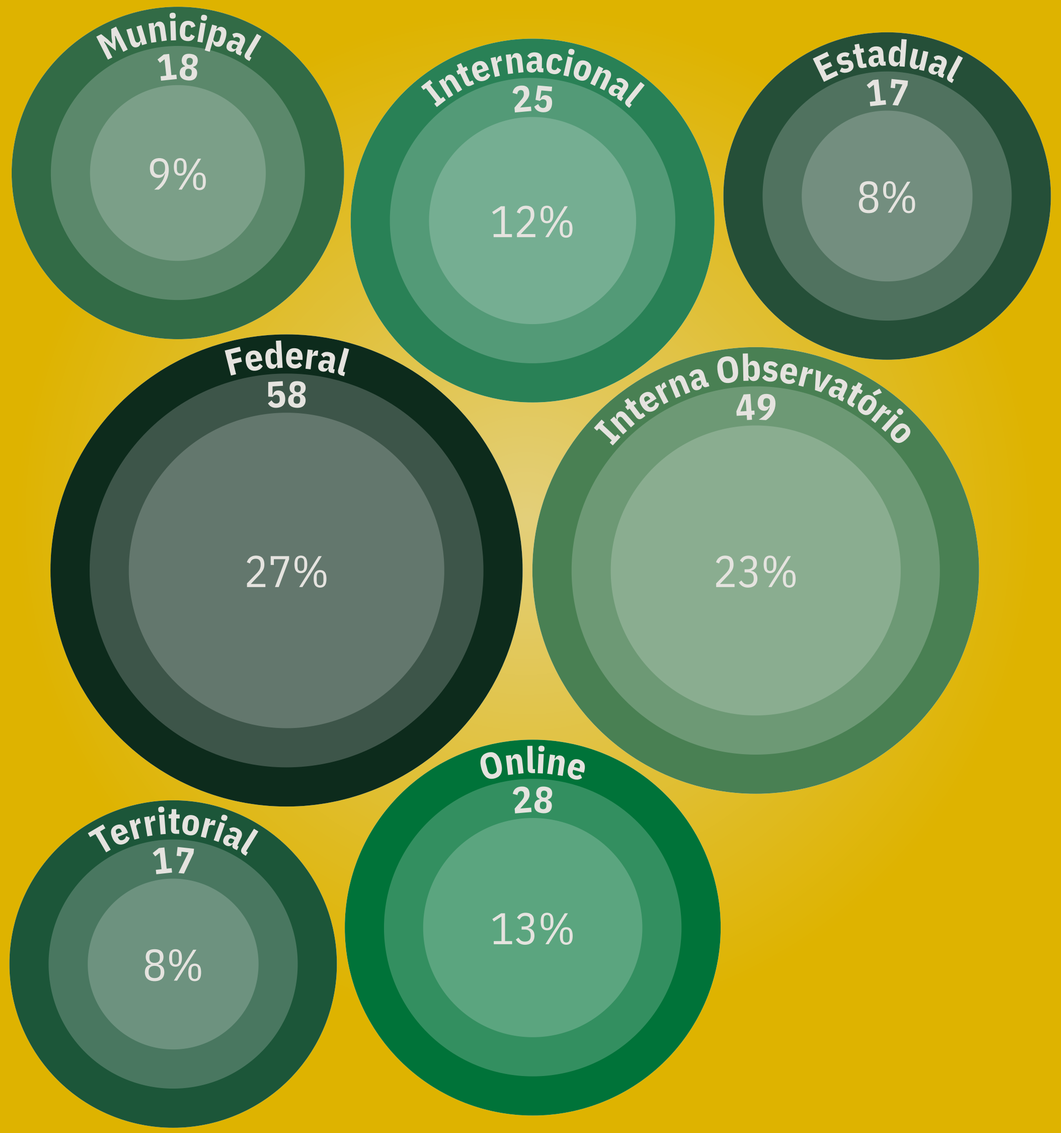
Atividade do Observatório ODS 18 em 2025

Total = 212 atividades



Atuação do Observatório ODS 18 em 2025

Total = 212 atividades



ESCALA

Do ponto de vista estratégico é importante destacar a distribuição escalar das atividades realizadas em 2025. Esta leitura evidencia que a estratégia de territorialização do Observatório ODS 18 não se estruturou de forma fragmentada ou localizada, mas segundo uma lógica deliberadamente multiescalar. **A escala federal concentrou 58 atividades (27%)**, configurando-se como principal eixo de incidência institucional, ao passo que a **governança interna do Observatório respondeu por 49 atividades (23%)**, garantindo infraestrutura organizacional contínua. Somadas, essas duas dimensões representam **50% do total anual**, demonstrando que o fortalecimento da institucionalidade nacional e da coordenação interna foi condição estruturante para a expansão territorial da agenda. Longe de significar centralização excessiva, esse arranjo revela que a territorialização exige base técnica consolidada e presença qualificada nos espaços de decisão federais.

No plano subnacional, a atuação distribuiu-se de maneira equilibrada entre as escalas **municipal (18 atividades – 8%)**, **territorial (17 – 8%)** e **estadual (17 – 8%)**, totalizando **52 atividades (24%)**. Essa distribuição confirma que a territorialização não foi tratada como sinônimo de "municipalização" nem como simples aplicação local de diretrizes nacionais. Ao operar simultaneamente em três níveis subnacionais, o Observatório superou a concepção do território como receptáculo passivo de políticas formuladas em instâncias superiores. A estratégia adotada reconhece que o território é espaço relacional, atravessado por fluxos institucionais, disputas de sentido e articulações intergovernamentais. A presença articulada nas escalas municipal, territorial e estadual indica uma abordagem dinâmica, capaz de conectar planejamento local, pactuação regional e enquadramento estadual em um mesmo ciclo de atuação.

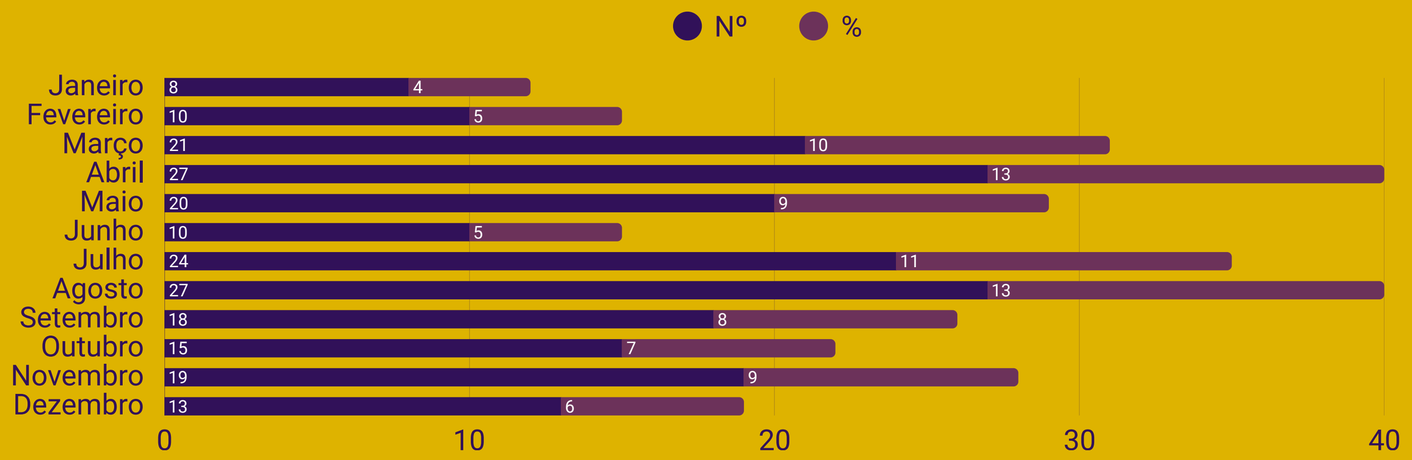
A dimensão internacional e digital reforça essa arquitetura multiescalar. Com **25 atividades em escala internacional (12%)** e **28 atividades em ambiente online (13%)**, o Observatório destinou **53 atividades (25%)** a espaços de articulação ampliada, amplifcando o alcance da agenda e inserindo a experiência brasileira do ODS 18 em debates transnacionais. A multiescalaridade, portanto, não se limita à sobreposição de níveis administrativos; constitui estratégia política e metodológica de territorialização, na qual a incidência federal dialoga com a experimentação local e com o posicionamento internacional. Ao articular **27% de atuação federal, 24% subnacional e 25% internacional/digital**, o Observatório operou em 2025 como dispositivo de conexão entre escalas, superando leituras estáticas da "localização" e afirmando o território como campo ativo de produção de governança e de reinterpretação da Agenda 2030.

IMPACTO

Já do ponto de vista do impacto das **atividades realizadas em 2025**, a análise revela que a orientação estratégica do Observatório ODS 18, ao longo do ciclo anual, concentrou-se em três grandes frentes de trabalho: **1. planejamento, gestão e construção de ferramentas/instrumentos de territorialização, com 102 atividades, correspondendo a 48% do total; 2. Disseminação (35 atividades – 17%), Incidência (28 – 13%); e 3. Formação (27 – 13%), que juntos totalizam 90 atividades, equivalentes a 43% do conjunto anual**. Essa distribuição demonstra que o planejamento não permaneceu circunscrito ao espaço interno: ele foi acompanhado por forte estratégia de circulação pública, ativação pedagógica e influência institucional. A disseminação, responsável por quase um quinto das atividades, evidencia compromisso com comunicação qualificada e democratização da agenda. A incidência, por sua vez, com 13%, indica presença contínua em arenas decisórias, enquanto a formação — também com 13% — reforça a dimensão pedagógica da territorialização, voltada à construção de capacidades institucionais e técnicas. Neste quadro a articulação representa a base relacional que sustenta tanto a incidência quanto a disseminação, funcionando como mecanismo de conexão entre atores, redes e escalas.

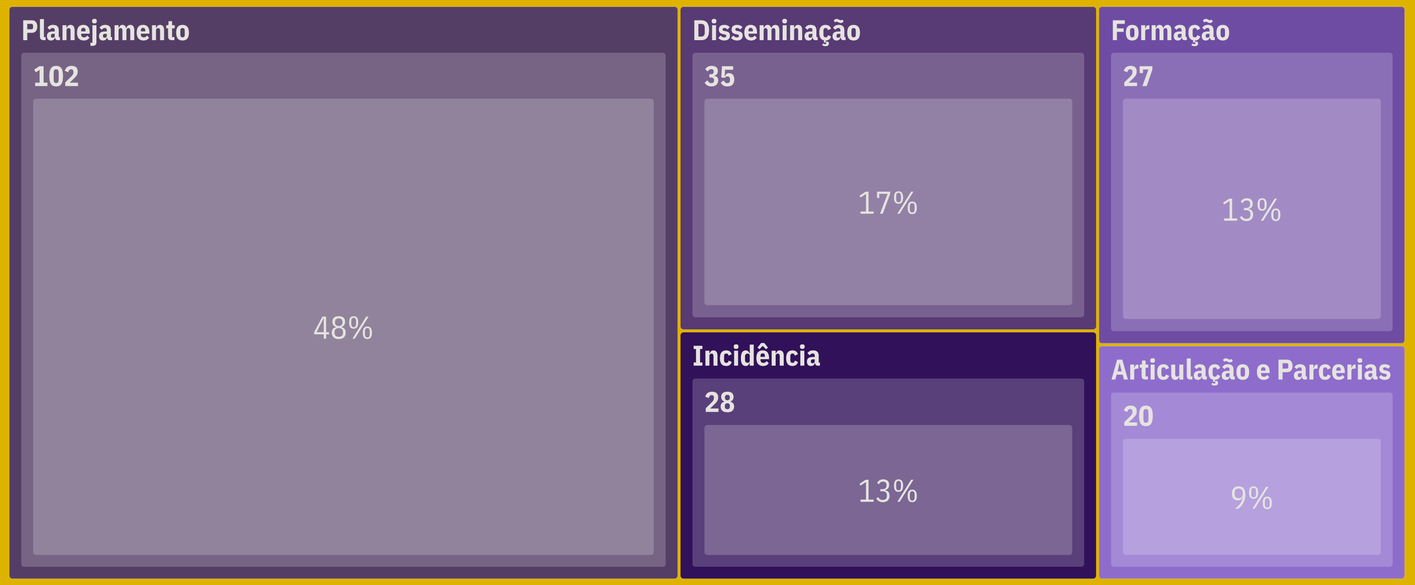
A leitura integrada do gráfico confirma, portanto, um padrão institucional coerente: 2025 foi marcado pela consolidação metodológica (48%), acompanhada de (17%), incidência estruturada (13%), formação de capacidades (13%) e fortalecimento relacional das parcerias (9%). O impacto das ações não foi difuso; organizou-se em torno de um núcleo estruturante que sustenta a territorialização como estratégia processual, cumulativa e orientada por governança baseada em evidências.

Distribuição mensal e porcentagem anual das atividades realizadas pelo Observatório ODS 18 em 2025



Impacto das atividades realizadas pelo Observatório ODS 18 em 2025

Total = 212 atividades



Alinhamento com Políticas Públicas Territoriais no Estado da Bahia

O Estado da Bahia se consolidou em 2025 como território estratégico de territorialização, não apenas pelo simbolismo político do debate racial, mas também pela materialidade de agendas públicas e pela abertura de interfaces institucionais. No ano, identificam-se **29 atividades** realizadas, distribuídas entre Salvador, Itabuna e Porto Seguro, bem como agendas de cunho estadual com a SEPROMI, conferências e agendas territoriais, distribuídos de modo **multiescalar**: **10 atividades na escala local/municipal**, **5 na escala territorial** e **10 na escala estadual**, além de **2 ações federais** associadas a agendas no estado e **2 registros em formato diversas/online**). Essa configuração quantitativa é consistente com a ideia de um **"piloto de territorialização"**.

No interior desse piloto, a centralidade de **Itabuna** é inequívoca: a base de dados registra **7 atividades** explicitamente vinculadas ao município, majoritariamente na escala **local/municipal**, associadas à **produção e ativação de diagnósticos**, à **articulação com gestão pública** e à **conexão entre evidências e instrumentos de planejamento**. O alinhamento com políticas públicas territoriais se expressa em ações que conectam metas e indicadores do ODS 18 a conferências, processos de planejamento e capacitações, com ênfase no diálogo com órgãos estaduais e municipais. A realização de diagnósticos e sua circulação em espaços institucionais e participativos indicam que o Observatório atuou como **mediador entre evidências e formulação de propostas monitoráveis**, convertendo linguagem técnica em repertórios pedagógicos e operativos que sustentam prioridades e pactos de implementação.

A territorialização na Bahia apoia-se justamente nessa capacidade de converter linguagem técnica em instrumentos pedagógicos e operativos, capazes de orientar a formulação de prioridades e a pactuação de agendas. Em 2025, essa lógica se torna concreta: a agenda territorial se organiza por meio de conferências, reuniões com governos, publicações/lançamentos de diagnósticos e ações de formação vinculadas aos eixos do ODS 18.

DIMENSÃO ANALÍTICA	Nº DE ATIVIDADES	DESCRIÇÃO SINTÉTICA CONFORME TEXTO
TOTAL DE ATIVIDADES NO ESTADO DA BAHIA (2025)	29	Consolidação da Bahia como território estratégico de territorialização, com atuação multiescalar e caráter de "piloto".
ESCALA LOCAL/MUNICIPAL	10	Atividades voltadas à articulação com gestão pública local, ativação de diagnósticos, conexão entre evidências e instrumentos de planejamento e participação em agendas municipais.
ESCALA TERRITORIAL	5	Ações associadas a agendas territoriais e processos de planejamento regional, com integração entre metas do ODS 18 e instrumentos de governança territorial.
ESCALA ESTADUAL	10	Diálogo com órgãos estaduais (ex.: SEPROMI), conferências estaduais, alinhamento institucional de metas e indicadores do ODS 18, capacitações e articulações estratégicas.
ESCALA FEDERAL (ASSOCIADA AO TERRITÓRIO)	2	Agendas federais realizadas ou articuladas no estado, conectando o debate local às agendas nacionais.
FORMATO DIVERSAS/ONLINE	2	Registros em formato híbrido ou online vinculados ao território baiano.
MUNICÍPIO DE ITABUNA (RECORTE ESPECÍFICO)	7	Centralidade inequívoca no piloto de territorialização; foco na produção e ativação de diagnósticos, articulação com gestão pública e tradução de evidências em instrumentos de planejamento monitoráveis.
NATUREZA ESTRATÉGICA DA ATUAÇÃO	0	Mediação entre evidências técnicas e formulação de propostas; conversão da linguagem diagnóstica em repertórios pedagógicos e operativos; sustentação de prioridades e pactos de implementação.

Integração com a Agenda Internacional: aprofundamento da incidência nas redes multilaterais

A inserção internacional do Observatório ODS 18 em 2025 deixou de ser apenas complementar à agenda nacional e passou a configurar-se como dimensão estratégica estruturante. No ano, foram registradas 25 atividades na escala internacional, das quais 17 (68%) classificadas como incidência direta, 4 (16%) como articulação, 2 (8%) como disseminação e 2 (8%) como planejamento. Essa distribuição revela uma mudança qualitativa: a atuação externa não se limitou à participação em eventos ou à circulação acadêmica, mas concentrou-se deliberadamente na incidência política e normativa em arenas multilaterais.

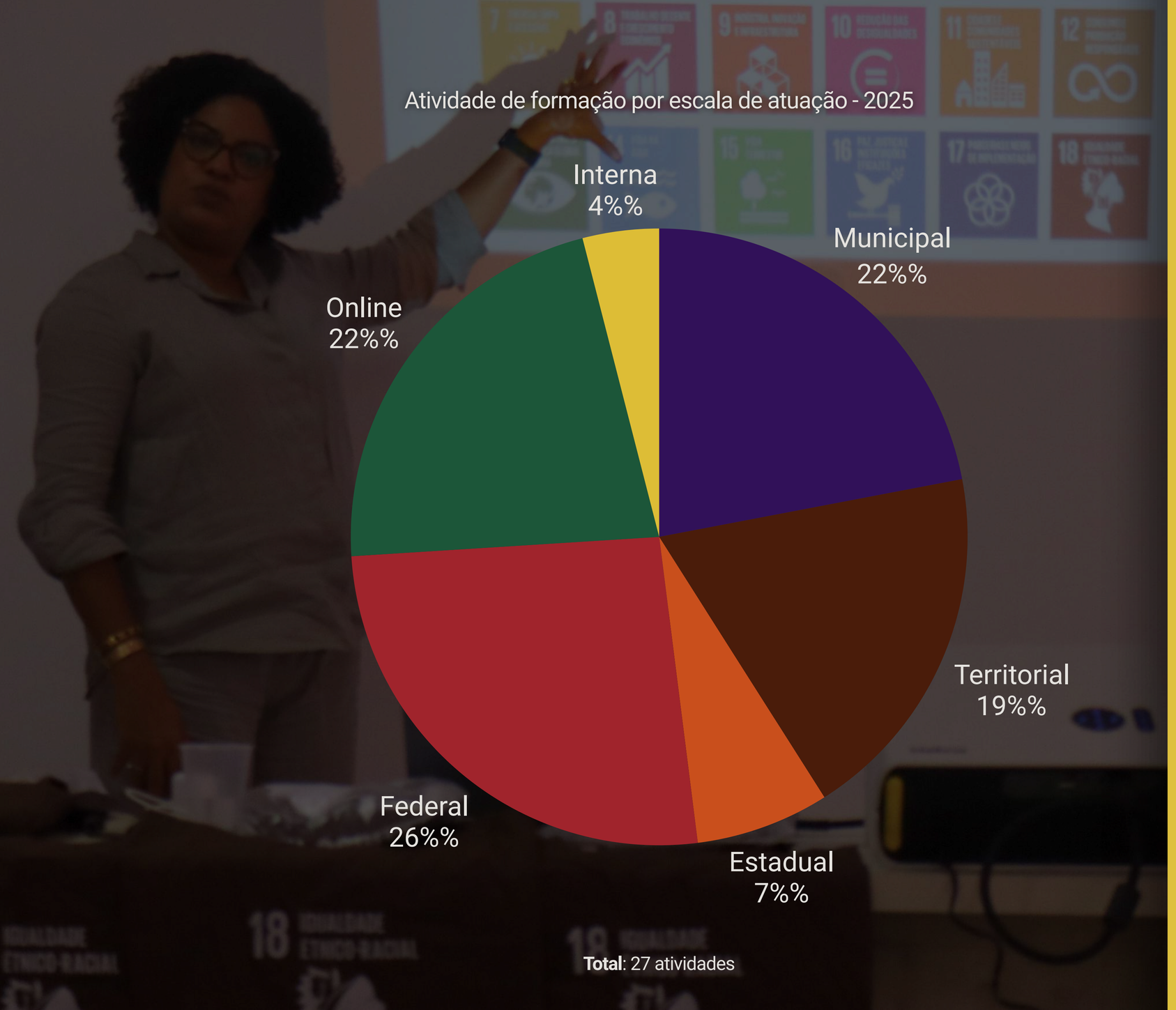
A inserção internacional foi construída a partir de três vetores complementares.

1. Tradução normativa e diálogo com mecanismos internacionais
O Observatório intensificou a produção de notas técnicas e documentos analíticos voltados à interface entre direitos humanos e desenvolvimento sustentável, incorporando recomendações de mecanismos internacionais, como decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e diretrizes do Mecanismo da ONU para o Avanço da Igualdade e Justiça Racial na Aplicação da Lei (EMLER). Essa atuação posiciona o Observatório como tradutor qualificado entre normativas globais e o contexto brasileiro, operando no sentido inverso também: levar a experiência metodológica brasileira de territorialização do ODS 18 para o debate internacional.

2. Consolidação de presença em fóruns multilaterais
O planejamento 2025 já indicava a necessidade de estruturar uma inserção qualificada em fóruns multilaterais. Ao longo do ano, essa diretriz tornou-se concreta por meio de participação em debates internacionais sobre justiça racial, Agenda 2030 e possíveis configurações de um ODS 18 no plano global. Nesse contexto, o Observatório não atua como formulador isolado, mas como articulador técnico que sistematiza evidências brasileiras, mobiliza literatura internacional e contribui para qualificar o debate sobre igualdade racial na Agenda 2030. A incidência internacional, portanto, está ancorada em produção técnica consistente e em leitura estratégica do cenário global.

3. Integração entre territorialização e debate global
A expansão internacional não ocorre de forma dissociada da agenda territorial. O ciclo de 2025 demonstrou que a legitimidade externa do Observatório está diretamente relacionada à sua capacidade de implementar metodologias aplicadas em territórios concretos. A presença multiescalar registrada na Mensagem Institucional — com 19 atividades internacionais integradas a um total de 177 ações — indica que a inserção externa foi construída sobre base empírica sólida.





Formação Interna

A formação interna do Observatório, em sentido estrito, surge em 2025 como estrutura de coordenação e sustentação institucional do conjunto de frentes, voltadas ao alinhamento de agendas, ao acompanhamento das frentes e à organização de entregas e articulações. Esse é um indicador objetivo de regularidade organizacional e de esforço de coordenação, especialmente em um ciclo marcado por alta densidade de atividades externas e múltiplas escalas de atuação. Os processos formativos foram intercalados durante as reuniões, sendo que 1 atividade foi exclusivamente dedicada para esta finalidade.

Ao mesmo tempo, a formação não se restringiu ao ambiente interno. Das **27 atividades formativas (13% do total anual)**, a distribuição foi a seguinte: **6 municipais (22%)**, **5 territoriais (19%)**, **2 estaduais (7%)**, **7 federais (26%)**, **6 online (22%)**. A formação distribuiu-se de maneira capilarizada, combinando presença local, regional e nacional, além de forte componente digital. Esse padrão confirma que a territorialização do ODS 18 não foi concebida como simples transferência de diretrizes federais aos municípios, mas como processo pedagógico multiescalar de construção de capacidades. A formação operou como instrumento de ativação territorial, conectando escalas administrativas distintas e superando a leitura estática da municipalização. Em termos estratégicos, a distribuição quase simétrica entre municipal, federal e online demonstra que a territorialização foi sustentada por pedagogia distribuída, articulando proximidade territorial e ampliação de alcance institucional.


GESTÃO DO CONHECIMENTO

A produção técnica acompanhou esse movimento de consolidação. Em 2025, o Observatório sistematizou e publicou **30 produtos**, distribuídos entre produção metodológica e instrumental (eixo predominante), diagnósticos territoriais, análises de adesão institucional, sistematização de indicadores, planejamento estratégico e artigos de posicionamento. A predominância da produção metodológica — responsável por metade das publicações — indica que **o ano foi dedicado à construção** de infraestrutura conceitual e operativa para sustentar a territorialização do ODS 18 nos próximos ciclos. Ao mesmo tempo, a expansão dos diagnósticos territoriais e dos instrumentos de alinhamento demonstra a transição progressiva da formulação conceitual para a aplicação prática.

A gestão do conhecimento constituiu, em 2025, uma dimensão estruturante da atuação do Observatório ODS 18. Diferentemente de uma lógica de produção eventual de documentos, o ano foi marcado pela consolidação de um ciclo sistemático de produção, organização, validação e difusão de conhecimento aplicado, diretamente vinculado à territorialização do ODS 18 e à incidência em políticas públicas.

Em síntese, 2025 foi um ano de maturação estrutural. O Observatório ODS 18 consolidou sua identidade como dispositivo de territorialização, ampliou sua presença nacional e internacional, estruturou instrumentos metodológicos replicáveis e fortaleceu sua capacidade de incidência qualificada!



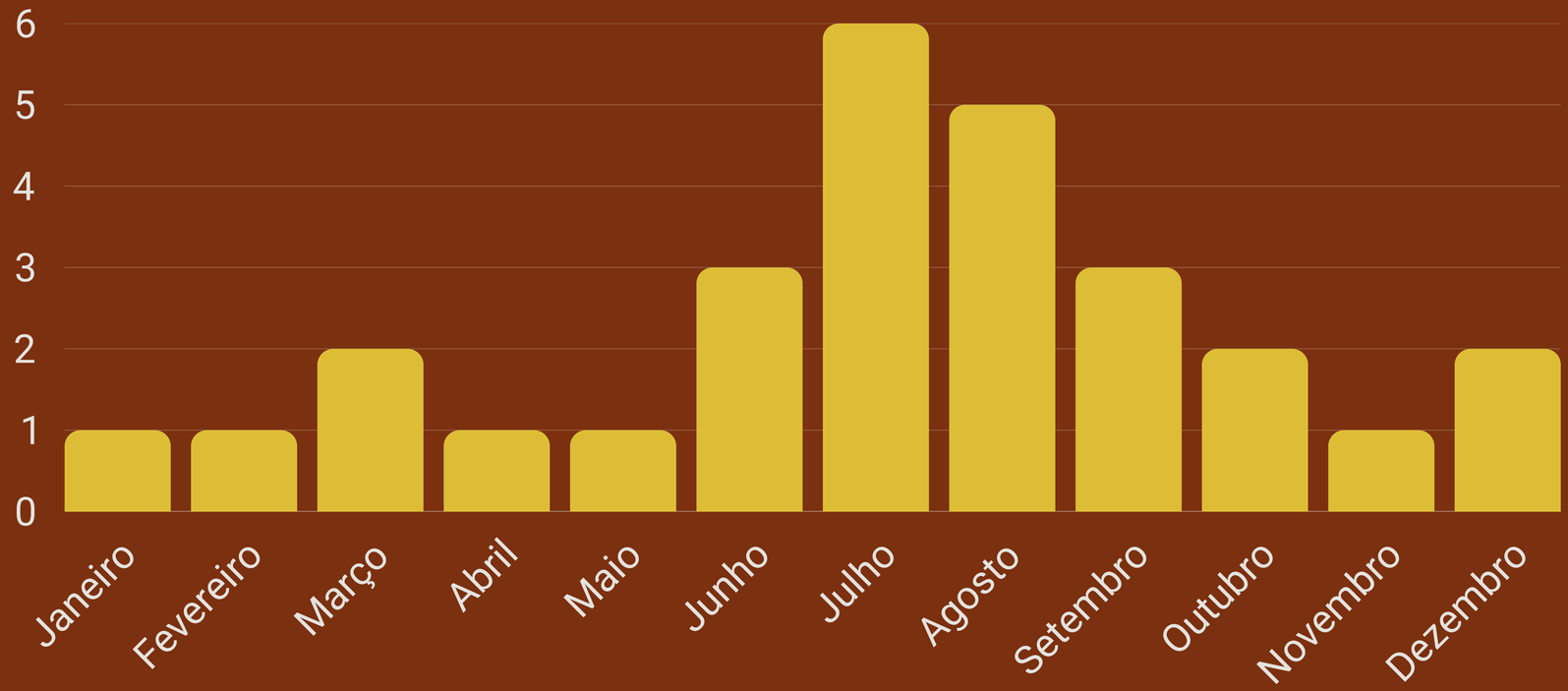
Fase de estruturação (janeiro a maio): Os primeiros cinco meses registraram produção moderada (1 a 2 produtos por mês), indicando período de organização metodológica, consolidação de bases de dados e preparação de instrumentos estruturantes.

Fase de pico produtivo (junho a agosto): Entre junho e agosto ocorre o maior volume de publicações, com destaque para julho (6 produtos) e agosto (5).
Esse período concentra quase 40% da produção anual. O pico coincide com a consolidação de diagnósticos territoriais, lançamentos metodológicos e intensificação da agenda de incidência. Essa concentração demonstra capacidade de acumulação e entrega em bloco, característica de ciclos institucionais amadurecidos.

Fase de consolidação e sistematização (setembro a dezembro): O último quadrimestre mantém ritmo consistente, ainda que em patamar inferior ao pico do meio do ano. Observa-se estabilização entre 1 e 3 produtos mensais, indicando foco em sistematização, análises de adesão e documentos de fechamento do ciclo.

Número de produtos publicados em 2025 por mês

Total: 30 produtos



Do ponto de vista analítico, o comportamento temporal evidencia que a produção não foi episódica ou reativa. Houve continuidade ao longo dos 12 meses, com crescimento progressivo e capacidade de entrega concentrada em momentos estratégicos.

Produção e Difusão do Conhecimento

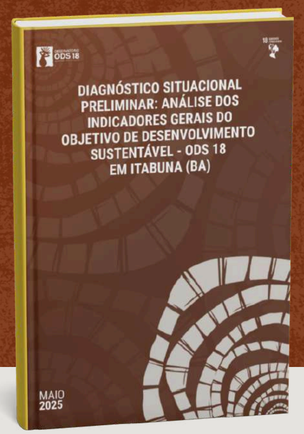
Em 2025, a produção do Observatório ODS 18 distribuiu-se de forma equilibrada entre seis grandes finalidades estratégicas, revelando uma arquitetura temática coerente com o modelo dos 4Ps. Do total de 30 produtos:

- **14 publicações** corresponderam à produção metodológica e instrumental;
- **6 publicações** referiram-se à elaboração de diagnósticos situacionais com recorte étnico-racial;
- **4 publicações** dedicaram-se à análise da adesão institucional e articulação intergovernamental;
- **3 produtos** envolveram levantamento e sistematização de dados e indicadores;
- **2 publicações** foram classificadas como artigos de opinião e posicionamento institucional;
- **1 produto** correspondeu ao planejamento institucional.



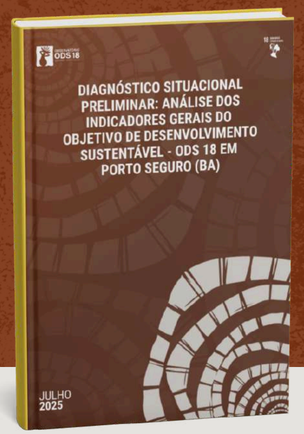
Diagnósticos Territoriais

Em 2025, o Observatório ODS 18 consolidou a frente de diagnósticos territoriais como uma dimensão aplicada do seu dispositivo de territorialização, conectando a produção de evidências, a qualificação de agendas locais e a capacidade de incidência. Os diagnósticos realizados em 2025 foram incluídos como ferramentas do processo de territorialização sendo utilizados em oficinas, reuniões e eventos sobre agenda da equidade étcnico-racial. O encadeamento demonstra coerência entre produção de evidências, validação institucional e uso público do conhecimento. Do ponto de vista escalar, os diagnósticos apresentaram clara predominância nas escalas **municipal e territorial**, reforçando o caráter concreto da territorialização. Muitas destas ações foram desenvolvidas no Município de Itabuna, indicando que, na prática, a territorialização assumiu um território-piloto com densidade, continuidade e encadeamento metodológico.

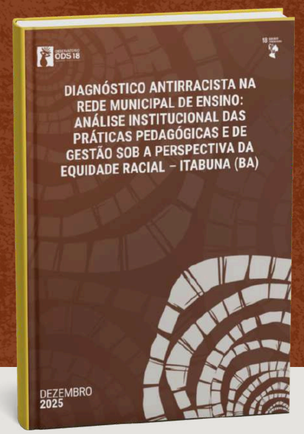






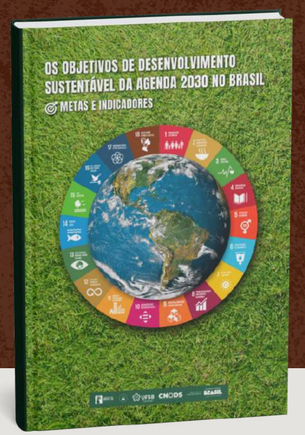




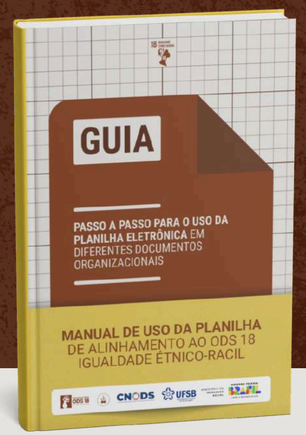


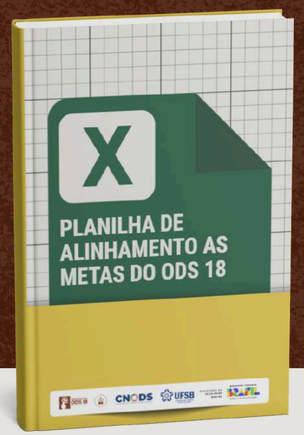
PRODUÇÃO METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

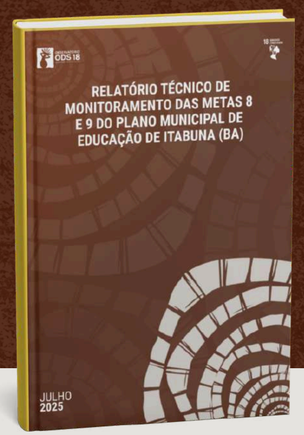




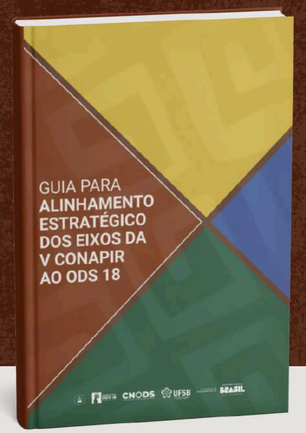






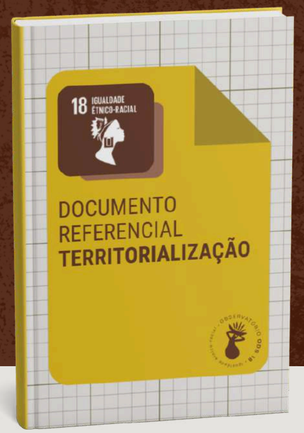


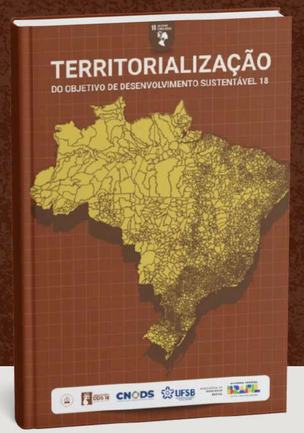
PRODUÇÃO METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

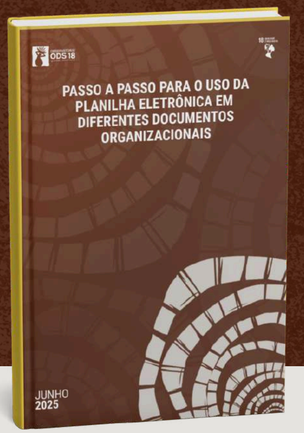






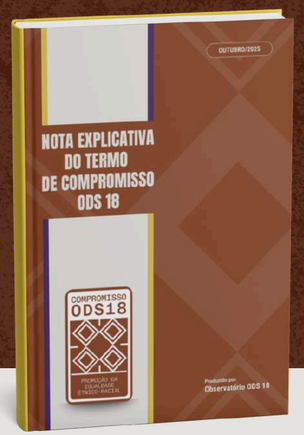






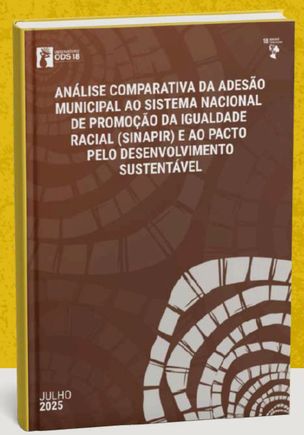
PRODUÇÃO METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

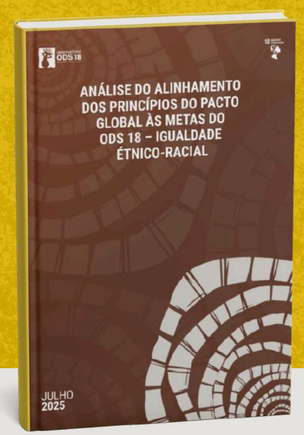




ANÁLISE DA ADESÃO INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL

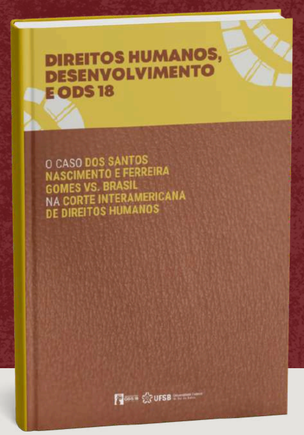




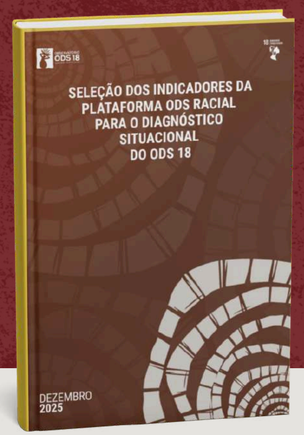




LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS E INDICADORES

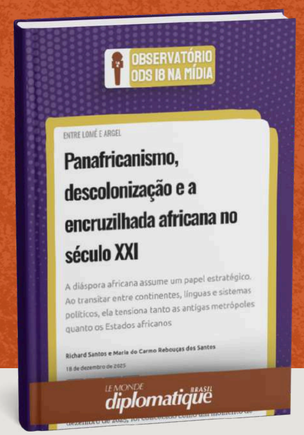






ARTIGOS DE OPINIÃO E POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL





PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL





DESAFIOS 2026

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS CICLOS

Entre os principais desafios institucionais identificados, destacam-se a consolidação e a ampliação da capacidade técnica instalada e a construção de mecanismos estruturados de monitoramento e avaliação.

A experiência acumulada na territorialização do ODS 18 demonstrou viabilidade metodológica, especialmente em territórios-piloto, mas indicou a necessidade de constituir uma equipe de bolsistas articuladores territoriais para garantir replicabilidade e escalabilidade dos diagnósticos territoriais realizados em 2025. A consolidação do modelo exige, portanto, foco estratégico, priorização dos municípios no território e integração entre diagnóstico, planejamento e incidência.

No plano nacional, o Observatório ODS 18 apoiará o MIR e a CT na difusão e promoção da adesão dos entes federativos subnacionais ao ODS 18 fortalecendo o acompanhamento dos RVL, a transversalização em políticas setoriais e o diálogo técnico com órgãos governamentais.

No plano internacional, a perspectiva é estruturar uma inserção qualificada e estratégica em fóruns multilaterais, articulando a experiência brasileira de territorialização do ODS 18 com debates globais sobre justiça racial e desenvolvimento sustentável.





NOTA METODOLÓGICA

DIMENSÕES DE ANÁLISES

A consolidação das análises apresentadas neste Relatório fundamenta-se em um processo sistemático de organização, categorização e validação interna das atividades e produtos realizados pelo Observatório ODS 18 ao longo do exercício de 2025. Diferentemente de um levantamento retrospectivo descritivo, os dados foram estruturados a partir de uma Tabela Mestre de Monitoramento Institucional, concebida como instrumento permanente de governança e acompanhamento estratégico.

A base empírica principal do Relatório é composta por 212 atividades registradas ao longo do ano de 2025. Cada atividade foi inserida individualmente na Tabela Mestre com informações padronizadas, permitindo análises quantitativas, cruzamentos categóricos e leitura estratégica multiescalar. As categorias de análise medem a estratégia da territorialização levando em consideração a abordagem multiescalar, interinstitucional e multidimensional do Observatório, garantindo consistência classificatória e evitando variações interpretativas ao longo do preenchimento.

A sistematização das atividades desenvolvidas no âmbito do Observatório ODS 18 estrutura-se a partir de um modelo analítico composto por quatro dimensões complementares — Impacto, Tipologia, Escala e Ator Organizador — que operam de forma integrada para qualificar, classificar e interpretar a atuação institucional do Observatório no processo de territorialização da agenda de equidade étnico-racial. Esse modelo permite não apenas organizar empiricamente as ações realizadas, mas, sobretudo, construir uma leitura estratégica sobre os efeitos institucionais, os formatos operacionais, os níveis de incidência territorial e os arranjos de governança que sustentam a implementação do ODS 18.

A adoção dessas dimensões responde à necessidade de superar abordagens meramente descritivas das atividades, avançando para uma análise relacional e multiescalar, capaz de evidenciar como diferentes ações contribuem, de maneira articulada, para a construção de capacidades institucionais, a produção de evidências, a incidência em políticas públicas e a consolidação de redes de governança orientadas à equidade racial.





1. IMPACTO

Qualifica a natureza estratégica do efeito institucional da atividade.

6 variáveis

Capturam os principais tipos de efeitos institucionais gerados pelas atividades.

2. TIPO

Qualifica o formato operacional da atividade.

7 variáveis

Representam os principais formatos operacionais utilizados na execução das ações.



3. ESCALA

Define o nível territorial de incidência da atividade

7 variáveis

Correspondem aos diferentes níveis territoriais e formas de atuação das atividades.

4. ORGANIZADOR

Identifica o ator ou ambiente institucional que estrutura a atividade.

10 variáveis

Correspondem aos principais atores e ambientes institucionais envolvidos na realização das atividades.

VISÃO INTEGRADA

A integração das quatro dimensões permite uma compreensão abrangente das atividades do Observatório ODS 18, apoiando a análise estratégica, o monitoramento e a avaliação da atuação institucional em múltiplas escalas e contextos.

DIMENSÃO IMPACTO - VARIÁVEIS

A dimensão Impacto qualifica a natureza estratégica dos efeitos institucionais produzidos pelas atividades do Observatório ODS 18, permitindo analisar como essas ações contribuem para a consolidação da agenda de equidade étnico-racial em termos de articulação, produção de conhecimento, formação de capacidades e incidência em políticas públicas.

Trata-se de uma dimensão central, orientada à compreensão dos resultados estruturantes da atuação institucional, indo além da descrição das atividades. Seu escopo é transversal e integra diferentes níveis de atuação, sendo composta por seis variáveis, que permitem classificar os tipos de efeitos gerados e apoiar processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão estratégica.

DIMENSÃO IMPACTO

Qualifica a natureza estratégica do efeito institucional da atividade

Articulação

- Capacidade de conectar atores, instituições e agendas em torno da implementação do ODS 18.
- Dimensão estratégica: cria redes de governança multissetoriais e consolida o Observatório como instância mediadora entre territórios, universidades e poder público.

Disseminação

- Ações voltadas à circulação pública de conhecimento, metodologias e evidências.
- Dimensão estratégica: amplia legitimidade social, democratiza acesso à informação e sustenta adesão institucional ao ODS 18.

Formação

- Processos pedagógicos, oficinas, capacitações e diálogos estruturados.
- Dimensão estratégica: constrói capacidade instalada nos territórios, qualifica gestores e lideranças e assegura replicabilidade metodológica.

Incidência

- Atuação em espaços decisórios e de formulação de políticas públicas.
- Dimensão estratégica: transforma evidência em norma, recomendação ou instrumento institucional; é o núcleo político da territorialização.

Formalização de Parceria

- Assinatura ou consolidação de cooperações institucionais.
- Dimensão estratégica: garante sustentabilidade da agenda e amplia escala de implementação.

Planejamento

- Processos internos ou interinstitucionais de organização estratégica.
- Dimensão estratégica: assegura coerência programática e integração entre diagnóstico, produção técnica e incidência.

A dimensão Tipo qualifica o formato operacional das atividades desenvolvidas pelo Observatório, permitindo compreender os instrumentos metodológicos e organizacionais mobilizados na execução das ações.

Essa dimensão evidencia como a atuação se materializa em diferentes formatos — desde espaços internos de coordenação até eventos públicos e atividades formativas — refletindo a diversidade de estratégias utilizadas para promover a territorialização do ODS 18.

Seu escopo abrange as principais modalidades de interação institucional e produção técnica, sendo composta por sete variáveis, que organizam os diferentes formatos operacionais e permitem analisar padrões de atuação e adequação metodológica.

DIMENSÃO TIPO

Qualifica o formato operacional da atividade

Reunião Interna Observatório
- Espaço de coordenação estratégica e alinhamento metodológico.
- Função territorial: garante coerência entre escalas e frentes de atuação.

Reunião com Equipe MIR
- Interação direta com o Ministério da Igualdade Racial.
- Função territorial: articula ODS 18 à governança federal e à agenda nacional de equidade racial.

Reunião CT ODS 18
- Espaço técnico da Câmara Temática.
- Função territorial: consolida indicadores, metas e diretrizes operacionais do ODS 18.

Reunião com Parceiros Externos
- Diálogo com organizações públicas e privadas.
- Função territorial: expande capilaridade institucional e articula implementação local.

Oficina
- Atividade formativa estruturada.
- Função territorial: internaliza metodologia nos territórios e qualifica atores locais.

Seminário/Conferência
- Evento público de debate ampliado.
- Função territorial: visibiliza agenda, gera consenso político e legitima prioridades.

Evento/Reunião
- Encontro institucional ampliado.
- Função territorial: fortalece articulação intersetorial e pactuação pública.

A Escala define o nível territorial de incidência das atividades, sendo fundamental para compreender a lógica multiescalar da territorialização do ODS 18.

Essa dimensão permite analisar como as ações se distribuem e se articulam entre diferentes níveis de governança, desde o local até o internacional, evidenciando a integração entre implementação prática e institucionalização da agenda. Seu escopo abrange níveis territoriais e formas de atuação complementares, sendo composta por sete variáveis, que permitem mapear a distribuição das atividades e orientar estratégias de expansão, articulação e fortalecimento institucional.

DIMENSÃO ESCALA

Define o nível territorial de incidência da atividade

Local/Municipal

- Atuação direta no município.
- Dimensão estratégica: núcleo da territorialização aplicada; onde o ODS 18 se converte em prática.

Territorial

- Abrange conjunto de municípios ou região integrada.
- Dimensão estratégica: consolida corredores de territorialização e integra políticas subregionais.

Estadual

- Interface com governos estaduais e políticas regionais.
- Dimensão estratégica: escala intermediária de institucionalização. Principais órgãos de articulação SINAPIR. Responsável pela articulação da política dos territórios de identidade e das conferências estaduais.

Federal

- Ministério de Igualdade Racial. Relação com ministérios e governança nacional.
- Dimensão estratégica: consolida normativas e reconhecimento oficial do ODS 18. Coordena os trabalhos da Câmara Temática ODS 18. Principal órgão federal responsável pela política de equidade étnico-racial.
- Principal parceiro institucional do Observatório ODS 18 da UFSB.

Internacional

- Inserção em fóruns multilaterais e redes globais.
- Dimensão estratégica: legitima experiência brasileira e retroalimenta inovação metodológica.
- Inclui espaço de articulação multilateral (do sistema ONU), colegiados, Altos Fóruns e representações dos movimentos internacionais voltados para a equidade racial.

Diversas/online

- Atuação remota ou online, utilizando plataformas para conduzir reuniões e encontros online.
- Dimensão estratégica: amplia alcance e reduz barreiras territoriais. Reduz custos e permite maior disseminação da agenda ODS 18.

n/a

- Escala não aplicável, geralmente associada ao trabalho interno do Observatório.
- Dimensão estratégica: inclui atividades de planejamento, gestão, acompanhamento de produção de publicações e/ou instrumentos de territorialização e acompanhamento geral da estratégia, bem como monitoramento e avaliação.

Esta dimensão identifica o ator ou ambiente institucional responsável pela estruturação das atividades, permitindo compreender os arranjos de governança que sustentam a atuação do Observatório ODS 18.

Essa dimensão evidencia a diversidade de atores envolvidos — incluindo sociedade civil, poder público, setor privado, academia e organismos internacionais — e o caráter colaborativo da implementação da agenda.

Seu escopo abrange diferentes campos institucionais e espaços de participação, sendo composta por dez variáveis, que permitem mapear padrões de protagonismo, articulação institucional e distribuição de responsabilidades na execução das ações.

DIMENSÃO ORGANIZADOR

Identifica o ator ou ambiente institucional que estrutura a atividade

Sociedade Civil
- Organizações sociais e movimentos.
- Função territorial: base de legitimidade social e controle democrático.

Setor Privado
- Empresas e organizações empresariais.
- Função territorial: amplia transversalização da agenda racial na economia. Articula a pauta da equidade racial e inclusão produtiva com a capilaridade nas empresas.

Órgão Público Federal
- Ministérios e autarquias nacionais.
- Função territorial: consolida reconhecimento normativo e institucional.

Órgão Público Estadual
- Secretarias e órgãos estaduais.
- Função territorial: operacionaliza diretrizes nacionais no plano regional.

Órgão Público Municipal
- Prefeituras e secretarias locais.
- Função territorial: implementa diretamente políticas territorializadas.

Órgão Internacional
- Sistema ONU e organismos multilaterais.
- Função territorial: conecta ODS 18 ao debate global sobre justiça racial.

População Geral
- Cidadania e público ampliado.
- Função territorial: amplia consciência pública e controle social.

Observatório ODS 18
- Organizador próprio da atividade.
- Função territorial: demonstra autonomia técnica e liderança institucional.

Espaço público de participação social
- Conselhos, conferências e fóruns participativos.
- Função territorial: assegura pactuação democrática da agenda.

Universidade/Espaço Acadêmico
- Instituições de ensino e pesquisa.
- Função territorial: sustenta rigor metodológico e produção científica aplicada.

GLOSSÁRIO



Territorialização do ODS 18 - A territorialização do ODS 18 constitui um processo político-metodológico de tradução da agenda global de equidade étnico-racial em práticas situadas nos territórios. Não se trata apenas de descentralização, mas de uma reconfiguração da política pública a partir das realidades socioterritoriais, incorporando saberes locais, dinâmicas de conflito e formas de organização comunitária. Nesse sentido, a territorialização implica reconhecer que as desigualdades raciais se manifestam de forma diferenciada no espaço, exigindo diagnósticos contextualizados e estratégias específicas de incidência.

Incidência em Políticas Públicas - A incidência consiste na atuação estratégica para influenciar decisões institucionais, marcos normativos e agendas governamentais. No campo do ODS 18, ela envolve tanto a produção de evidências quanto a mobilização de atores sociais e institucionais, buscando alterar estruturas que reproduzem desigualdades raciais.

Governança Multiescalar - Refere-se à articulação entre diferentes níveis de poder (local, estadual, nacional e internacional) na formulação e implementação de políticas de igualdade racial. A governança multiescalar reconhece que os desafios da equidade não podem ser enfrentados em uma única escala, demandando coordenação institucional e alinhamento entre agendas globais (como a Agenda 2030) e práticas territoriais.

Diagnóstico Socioterritorial - O diagnóstico socioterritorial é um instrumento analítico que articula dados quantitativos e qualitativos para compreender a produção e reprodução das desigualdades em contextos específicos. Ele permite identificar padrões de exclusão, vulnerabilidades estruturais e dinâmicas históricas que afetam populações racializadas. Conforme apontado por estudos regionais, a análise das desigualdades exige considerar sua natureza estrutural e interdependente , o que reforça o papel do diagnóstico como base para políticas públicas efetivas.

Monitoramento e Avaliação - O monitoramento e avaliação configuram-se como processos contínuos de acompanhamento das políticas e ações, permitindo verificar resultados, impactos e lacunas. No contexto da igualdade racial, esses processos são fundamentais para garantir dados desagregados por raça e cor, além de fortalecer o ciclo de políticas públicas e a participação social .

Racismo Estrutural - O racismo estrutural refere-se à forma como práticas, normas e instituições reproduzem desigualdades raciais de maneira sistemática e histórica. Ele não depende de ações individuais intencionais, mas está incorporado nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas, produzindo desvantagens persistentes para determinados grupos.

Desigualdade Étnico-Racial - Trata-se das disparidades sistemáticas entre grupos raciais no acesso a direitos, recursos e oportunidades. Essas desigualdades são multidimensionais e atravessam áreas como educação, trabalho, saúde e território, sendo estruturadas por processos históricos como colonialismo e escravidão.

Interseccionalidade - A interseccionalidade é uma abordagem analítica que reconhece que diferentes formas de desigualdade (raça, gênero, classe, território, entre outras) não atuam isoladamente, mas se combinam e se reforçam mutuamente. Essa perspectiva é essencial para compreender a complexidade das desigualdades na América Latina .

Participação Social - A participação social refere-se à inclusão de atores da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. No campo da igualdade racial, espaços como conferências e conselhos são fundamentais para garantir legitimidade e representatividade das políticas .

Conferências de Políticas Públicas - As conferências são processos participativos estruturados em diferentes etapas (municipal, estadual e nacional), que permitem a construção coletiva de diretrizes para políticas públicas. No caso da igualdade racial, elas desempenham papel central na articulação entre Estado e sociedade e na definição de agendas estratégicas .

Produção Técnica Aplicada - Refere-se à elaboração de documentos, metodologias e instrumentos voltados à implementação prática de políticas. No contexto do ODS 18, essa produção busca traduzir conceitos complexos em ferramentas operacionais para gestores e agentes territoriais.

Capacidade Institucional - A capacidade institucional diz respeito ao conjunto de competências técnicas, administrativas e políticas necessárias para implementar políticas de equidade racial. Inclui recursos humanos, sistemas de informação, arranjos organizacionais e capacidade de articulação.

Dados Desagregados - São dados estatísticos organizados por categorias como raça, gênero, idade e território. Sua utilização é fundamental para evidenciar desigualdades invisibilizadas e orientar políticas públicas baseadas em evidências, conforme destacado na Agenda 2030 e em relatórios internacionais .




OBSERVATÓRIO
ODS 18
igualdade étnico-racial


grupo de pesquisa
pensamento negro contemporâneo


Fundação Escola
Politécnica da Bahia


UFSB
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO SUL DA BAHIA


MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL


GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO